



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

Aos 18 dias do mês de abril de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição à Embaixadora do Reino Unido em Portugal, Senhora Kirsty Hayes, sobre o processo de saída do Reino Unido da União Europeia.

II PARTE

1. Informações.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2017 Realizar uma Europa que protege, capacita e defende - COM(2016)710, objeto de relatórios de todas as Comissões, da ALRAM e da ALRAA.

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES A Garantia para a Juventude e a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, três anos volvidos - COM(2016)646, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz - COM(2016)230, objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputado autor do parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Primeiro relatório intercalar sobre o Quadro de Parceria com países terceiros ao abrigo da Agenda Europeia da Migração - com(2016)700, objeto de relatório da Comissão de Educação e Ciência.

Deputada autora do parecer: Francisca Parreira (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Uma estratégia espacial para a Europa - COM(2016)705, objeto de relatório de Comissão de Educação e Ciência.

Deputada autora do parecer: Paula Santos (PCP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

4. Aprovação e votação das atas n.º 80, de 20 de janeiro, n.º 95, de 28 de março, n.º 96, de 4 de abril, n.º 97, de 5 de abril e n.º 98, de 12 de abril de 2017.

5. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

I PARTE

Audição à Embaixadora do Reino Unido em Portugal, Senhora Kirsty Hayes, sobre o processo de saída do Reino Unido da União Europeia.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu início à audição com um agradecimento à Senhora **Kirsty Hayes**, Embaixadora do Reino Unido em Portugal, por ter aceitado o convite para falar ao Parlamento português, enquadrando a audição no contexto do acionamento do Artigo 50.º do Tratado da União Europeia pelo Reino Unido no passado dia 29 de março, ação que formalizou o processo de saída da União Europeia (UE) do Reino Unido. Passou a palavra à Senhora **Kirsty Hayes** para a sua intervenção inicial, dando indicação dos tempos previstos para as intervenções na audição.

A Senhora Embaixadora iniciou a sua intervenção por fazer referência à notícia divulgada na véspera, relativa à comunicação da Senhora Primeira-Ministra, Theresa May, de solicitar a realização antecipada das eleições legislativas do Reino Unido, indicando desde logo que não poderia especular sobre o desfecho dessas eleições, motivo pelo qual não estaria em condições de responder a qualquer questão sobre as mesmas. Resumidamente deu conta da posição do seu país sobre o processo de saída, afirmando a manutenção do compromisso do Reino Unido com a Europa e com os seus parceiros antigos, independentemente da saída da União Europeia (UE). Referiu a importância de garantir os direitos dos cidadãos. Aludiu à indivisibilidade das quatro liberdades, dando conta não ser intenção do Reino Unido manter-se no mercado único. Considerou que o futuro do relacionamento com a UE estaria na negociação de um acordo de comércio livre mais exigente e progressivo do que qualquer outro atualmente existente. Em matéria de segurança e defesa, considerou que seria necessário negociar um acordo de parceria estratégica nessas matérias, deixando claro que o Reino Unido não teria interesse em reduzir ou prejudicar de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

modo algum o nível de segurança existente, pelo contrário. Indicou que os prazos previstos para o acionamento do Artigo 50.º dos Tratados de Lisboa seriam demasiado curtos, e que no processo de saída do seu país seria importante evitar ruturas e assegurar uma transição suave. Não pretendiam, no entanto, com isso, alcançar um estatuto de membro provisório da UE, apenas de salvaguardar um período de implementação gradual das mudanças necessárias no relacionamento com o Reino Unido, se necessário prolongado além do horizonte de dois anos. Elencou os vários aspetos positivos e mutuamente vantajoso do relacionamento bilateral entre Portugal e o Reino Unido, desde o saldo positivo da Balança Comercial, a importância das trocas comerciais em vários produtos, referindo que essas trocas não se limitam ao Vinho do Porto, tendo-se diversificado para vários setores, incluindo os tecnológicos, aos fluxos de investimento, às colaborações na ciência e investigação, referindo ainda a dimensão humana dessas trocas, com os importantes fluxos de cidadãos de ambos os países que se deslocam ao outro para trabalho, lazer e afins. Terminou por indicar que, apesar do período de incerteza que se avizinhava, estava confiante no desfecho do processo de negociação, uma vez que o seu país, enquanto quinta maior economia do mundo, seria um incontornável candidato a uma parceria nova e forte com a UE, benéfica para todas as partes, respeitando a soberania de cada um.

Após este discurso de abertura, a Senhora Presidente da CAE passou a palavra aos Senhores Deputados para as suas intervenções, tendo usado da palavra, numa ronda única:

- A Senhora Deputada **Inês Domingos (PSD)**, que começou por indicar que respeitava a posição do Reino Unido, embora lamentasse a sua saída da UE, em especial considerando os contributos dados por esse país ao processo de construção europeia. Perguntou a opinião da Senhora Embaixadora quanto à possibilidade de inversão desse percurso de saída. Quanto aos cidadãos portugueses no Reino Unido, aludiu ao aumento dos crimes de ódio e relatos de violência contra imigrantes, inclusive de origem portuguesa. A esse propósito inquiriu que medidas estaria o Reino Unido a tomar para proteger as pessoas e bens dos cidadãos, em particular dos de Portugal. A propósito das condições de pedido de cidadania, perguntou se teriam sido alterados os requisitos para esse processo, referindo os relatos caricatos de exagero



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

na complexidade e extensão deste processo. A propósito dos vistos de trabalho, considerou que o Reino Unido estaria a querer o melhor dos dois mundos em relação à imigração, referindo a esse propósito relatos de uma política seletiva e mais permissiva para setores de interesse estratégico, nomeadamente para desempenho de funções em áreas tecnológicas e financeiras;

- Partilharam o tempo destinado ao seu Grupo Parlamentar o Senhor Deputado **Vitalino Canas (PS)**, que comentou a questão das eleições anunciadas para o Reino Unido, considerando uma medida sagaz para confirmar a legitimidade do Governo que negociasse a saída da UE, que teria assim um mandato claro para assumir uma posição negociadora forte. Considerou que essas eleições poderiam vir a ser um “segundo referendo”, uma vez que as pessoas tenderiam a votar consoante a sua escolha em relação à saída (ou não) do Reino Unido. Considerou esse processo eleitoral de grande importância, nomeadamente, para responder aos protestos em relação aos resultados do referendo que despoletou o processo do Brexit. Quanto ao relacionamento futuro entre a UE e o Reino Unido, considerou que deveria vir a existir entre eles um acordo de segunda geração, ainda mais estreito do que o negociado com o Canadá, fosse comercial como também político; e a Senhora Deputada **Carla Tavares (PS)**, que centrou as suas questões quanto aos respetos por direitos sociais adquiridos pelos cidadãos de outros países que trabalham no Reino Unido, nomeadamente sobre a forma como seriam reconhecidos os descontos que realizaram e estão a realizar para subsistemas de saúde próprios desse país. Perguntou ainda como seriam respeitados os direitos laborais dos profissionais, alguns com elevadas qualificações, que desempenham as suas funções no Reino Unido.

- O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares (CDS-PP)**, que solicitou fosse antecipada a ordem da sua intervenção por necessidade de saída antecipada da reunião, declarou que a saída do Reino Unido empobrecia a União e que seria uma crise a superar, embora não tivesse dúvidas que o conseguiria fazer com êxito. Considerou preocupante o aumento e perspectiva de chegada ao poder de correntes políticas eurocéticas e xenófobas. Indagou se o estilo de negociação a adotar pelo Reino Unido, se mais duro ou se mais suave, seriam influenciados pelos resultados eleitorais. Quanto à possibilidade de concorrência fiscal, laboral e mesmo ambiental,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

perguntou se seriam respeitadas as regras mínimas nessas áreas, sem concorrência desleal. Quanto às questões de segurança e justiça, perguntou se seriam mantidas as relações de partilha de informação policial e judiciária, a esse propósito referindo os atentados no Reino Unido, em Westminster e confirmando o Voto de Condenação e Pesar aprovado por unanimidade na Assembleia da República.

- A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)**, que indicou que os cidadãos não deveriam ser peões no processo de negociação da saída. Centrou deste modo as suas questões no impacto para os cidadãos de ambos os países, e na questão da salvaguarda de direitos dos trabalhadores. Aludiu aos crimes de ódio e a sua preocupação quanto às comunidades migrantes, não apenas da portuguesa, serem alvo de ataques xenófobos. Quanto à regularização dos pedidos de residência, solicitou confirmação dos relatos de excessiva burocratização desse processo, com extensos questionários e da diferença no tratamento entre pessoas residentes nesse país antes ou depois da decisão de invocação do Artigo 50.º. Em especial considerou importante rapidamente responder à inquietação e incerteza das pessoas aí residentes. Embora as questões militares não fossem consideradas prioritárias pelo seu Grupo Parlamentar, perguntou pela questão da segurança e do relacionamento com a Irlanda, nomeadamente as questões da fronteira com a Irlanda do Norte;

- A Senhora Deputada **Paula Santos (PCP)**, que iniciou a sua intervenção por afirmar o apoio do seu Grupo Parlamentar à decisão soberana do povo britânico, reiterando que o processo de negociação da saída não deveria procurar punir essa decisão, numa tentativa de dissuadir outros países de escolherem idêntico percurso. Considerou que o Reino Unido, aliás como qualquer outro país da UE, era livre de tomar essa decisão e não deveria ser sujeito a pressões e chantagens no processo de saída. Não concordou que o processo de negociação apenas pudesse ser tomado entre o Reino Unido e a UE, considerando que cada país deveria ser livre para conduzir as negociações bilaterais que tivesse por conveniente, sem tentar vincular o Reino Unido a uma posição única em relação aos vinte e sete países que permanecerão na União Europeia. Inquiriu quanto às motivações que teriam levado à antecipação da data de realização das eleições legislativas no Reino Unido. Questionou também a Senhora Embaixadora quanto à salvaguarda de direitos da



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

comunidade portuguesa, incluindo os direitos de desenvolver o seu trabalho nesse país.

A Senhora Embaixadora do Reino Unido agradeceu as questões colocadas e respondeu individualmente a cada intervenção. Indicou ainda que iria solicitar mais informações sobre o processo de pedidos de residência, disponibilizando-se para solicitar mais informação ao Ministério competente do seu país, uma vez que estaria a ser estudada uma simplificação do processo mas não tinha consigo mais detalhe sobre essa iniciativa.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1875&title=audicao-a-embaixadora-do-reino-unido-em-portugal-kirsty-hayes>)

II PARTE

1. Informações.

A Senhora Presidente iniciou a segunda parte da Reunião com informação sobre o agendamento, no âmbito da cooperação interparlamentar na União Europeia, de uma reunião interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu sobre "Implementação das normas do Tratado de Lisboa relativas aos Parlamentos nacionais", a realizar no dia 2 de maio entre as 15h e as 18h15 no Parlamento Europeu, em Bruxelas, e cujo debate deverá contribuir para o Relatório do Parlamento Europeu sobre o mesmo tema, que se encontra em preparação, e cujo Relator é o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel. Compete à CAE designar dois Deputados, sendo prática parlamentar as delegações da Assembleia da República serem compostas por um Deputado que representa o ou os Grupos Parlamentares que apoiem o Governo e outro Deputado que represente os partidos na oposição. Nesses termos, seguindo a distribuição pelo



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

Método d'Hondt em vigor na CAE solicitou-se ao PS e PSD a designação de um elemento cada para esta delegação.

Informou ainda do convite recebido da Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, para participar na reunião interparlamentar a realizar em Bruxelas no dia 11 de maio de 2017, entre as 10h30 e as 12h30. A Delegação da AR integra um elemento da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e um da Comissão de Assuntos Europeus. Nesses termos, seguindo a distribuição pelo Método d'Hondt em vigor na CAE solicitou-se ao PS e PSD a designação de um elemento cada para esta delegação.

Finalizou por confirmar a receção do Relatório "Portugal na União Europeia – 2016", elaborado pelo Governo no contexto do acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio. Foi dado conhecimento do pedido de parecer às Comissões Parlamentares Permanentes. Dei indicação que o mesmo seria distribuído aos Senhores Deputados após final da reunião.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

Dada a necessidade de adiamento da reunião do Grupo de Trabalho, não houve nesta reunião de 18 de abril propostas de deliberações a apreciar ou aprovar pela CAE.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Uma estratégia espacial para a Europa - COM(2016)705, objeto de relatório de Comissão de Educação e Ciência.

Deputada autora do parecer: Paula Santos (PCP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

A Senhora Deputada **Paula Santos (PCP)** realçou as principais preocupações sobre esta matéria vertidas no relatório da Comissão competente, dando conta que era de parecer que se adotasse essas conclusões, não tendo nada de substantivo a adicionar à posição adotada pela Comissão de Educação e Ciência. Nesses termos, foi aprovado parecer por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2017 Realizar uma Europa que protege, capacita e defende - COM(2016)710, objeto de relatórios de todas as Comissões, da ALRAM e da ALRAA.

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)** deu conta do contexto em que foi elaborado o seu parecer, na sequência do procedimento anual de escrutínio do Programa de Trabalho da Comissão para o ano seguinte, e do lamentável atraso, sem precedentes desde que esse procedimento foi iniciado, de indisponibilidade de um representante da Comissão Europeia para realizar previamente a sua apresentação. Resumiu as prioridades identificadas pelas Comissões parlamentares e pelas Assembleias Legislativas regionais, dando conta do dossiê permanente de acompanhamento prioritário de escrutínio de iniciativas europeias na CAE a que correspondia cada prioridade.

A Senhora Presidente reforçou o seu desagrado com a falta de resposta da parte da Comissão Europeia, que ainda não tinha apresentado uma data concreta para a apresentação, apesar da CAE ter comunicado em tempo, desde setembro do ano precedente, as suas preferências quanto ao representante que gostaria de ouvir para apresentação do Programa de Trabalho, dando conta que era sua intenção dirigir uma carta à Comissão Europeia que expressasse a frustração em inconveniente provocada por esta situação. Passou de seguida a palavra aos senhores deputados que quisessem debater a iniciativa em apreço.

O Senhor Deputado **Miguel Morgado (PSD)** registou a questão, já anteriormente expressa, de considerar que a secção do parecer relativa à opinião do relator, embora não sendo objeto de votação, poder criar distorções quanto ao entendimento de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

entidades externas sobre a posição da CAE em relação a uma determinada matéria. No parecer em apreço, indicou que o seu Grupo Parlamentar (GP) iria submeter uma declaração de voto, de modo a esclarecer que, muito embora votasse favoravelmente as secções do parecer objeto de votação, nomeadamente as conclusões, eram expressamente contrários à posição manifestada pelo autor do parecer na secção reservada à sua opinião.

O Senhor Deputado **Vitalino Canas** (PS) também registou o seu desagrado pela indisponibilidade da Comissão em vir apresentar e debater as prioridades para o ano em curso com a devida antecedência, apesar dos protestos em contrário quanto à sua disponibilidade para estimular o diálogo com os Parlamentos nacionais. Assinalou uma correção que seria de realizar no parecer, com a qual a autora do Parecer concordou. O parecer, incluindo a proposta de Projeto de Resolução anexa, foi então aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e PCP. Considerou-se que se deveria aguardar pela realização da apresentação por parte da Comissão Europeia, antes de realizar o envio do Projeto de Resolução com as prioridades identificadas no PTCE para votação em Plenário.

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES A Garantia para a Juventude e a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, três anos volvidos - COM(2016)646, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

Por ausência do autor do Parecer, foi adiado este ponto da agenda para a reunião seguinte.

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz - COM(2016)230, objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

Deputado autor do parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

O Autor do Parecer da CAE da iniciativa COM(2016)230, Senhor Deputado **Duarte Marques (PSD)** apresentou sucintamente o enquadramento da matéria em apreço, a qual mantinha a sua relevância e atualidade, embora contextualizasse a mesma com os mais recentes desenvolvimentos nesta matéria, posteriores à transmissão da iniciativa em apreço. Não se aplicando a análise quanto aos princípios de subsidiariedade e de proporcionalidade, por não se tratar de uma iniciativa legislativa, era seu parecer que se desse por concluído o seu escrutínio, dando conta das posições sobre esta matéria expressas pelas Comissões competentes. Não tendo este Parecer suscitado debate, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e PCP.

e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Primeiro relatório intercalar sobre o Quadro de Parceria com países terceiros ao abrigo da Agenda Europeia da Migração - com(2016)700, objeto de relatório da Comissão de Educação e Ciência.

Deputada autora do parecer: Francisca Parreira (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

Por ausência da autora do Parecer, foi adiado este ponto da agenda para a reunião seguinte.

4. Aprovação e votação das atas n.º 80, de 20 de janeiro, n.º 95, de 28 de março, n.º 96, de 4 de abril, n.º 97, de 5 de abril e n.º 98, de 12 de abril de 2017.

Uma vez colocadas a votação, as atas n.º 80, de 20 de janeiro, n.º 95, de 28 de março, n.º 96, de 4 de abril, n.º 97, de 5 de abril e n.º 98, de 12 de abril de 2017 foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos GPs do PCP e do CDS-PP.

5. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

Neste ponto da agenda a Senhora Presidente solicitou ao Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) que relatasse à CAE a sua experiência enquanto observador do referendo, realizado na Turquia no dia 16 de abril de 2017, sobre o reforço dos poderes da presidência desse país. O Senhor Deputado resumiu à CAE o teor do relatório de iria submeter sobre a sua missão, nomeadamente que, do ponto de vista técnico, o processo referendário decorreu de forma transparente e ordeira, salvaguardadas todas as condições para que os cidadãos eleitores pudessem participar nesse ato de forma livre e sem risco de fraude nos resultados. O mesmo não pode dizer em relação ao contexto em que esse mesmo ato ocorreu, em que a consulta pública para dezoito alterações aos poderes presidenciais era realizada com uma única pergunta de sim/não, com um com um forte desequilíbrio nos meios, no tempo de antena e cobertura mediática das campanhas a favor e contra o reforço dos poderes da presidência, com o país em estado de emergência e existindo deputados e outros representantes políticos da oposição presos.

Nessa sequência debateu-se a possibilidade de ser proposta uma audição ao Senhor Embaixador da Turquia, entre outras questões para saber da situação dos refugiados nesse país, com convite às Comissões competentes em razão da matéria para se associarem à mesma.

A reunião foi encerrada às 17:13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 99/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Sales
Carla Tavares
Duarte Marques
Francisca Parreira
Inês Domingos
Isabel Pires
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Paula Santos
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Costa Silva
António Gameiro
Carlos Pereira
Filipe Anacoreta Correia
Rubina Berardo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Eurico Brilhante Dias
João Galamba
Moisés Ferreira